A "COMODIFICAÇÃO" DE UMA EMPRESA PÚBLICA: O CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL[1]

César Alexandre dos Santos[2]
Universidade Estadual de Londrina - UEL

RESUMO

Este estudo analisa a comodificação (mercadorização) da Copel (Companhia Paranaense de Energia) desencadeada a partir da sua reestruturação produtiva, iniciada em 1992. A Copel, apesar de ser uma empresa de economia mista, sempre se caracterizou como estatal, porém nos últimos anos voltou sua gestão prioritariamente ao atendimento das exigências de aumento da lucratividade feitas pelos seus acionistas, em detrimento ao caráter historicamente social que desempenhou no desenvolvimento Paraná. A pesquisa busca determinar as implicações objetivas e subjetivas dessas mudanças para os trabalhadores da empresa e, que foram influenciadas principalmente por um contexto nacional e internacional de mundialização do capital que afetou profundamente os países periféricos como o Brasil, exigindo a abertura das economias nacionais e a privatização dos serviços públicos. Esta fase neoliberalizante do capital impôs transformações estruturais nos processos produtivos das empresas, intensificou o uso da tecnologia e redefiniu os processos de trabalho que foram padronizados e informatizados, aprofundando ainda mais a subsunção real do trabalho ao capital. Essa pesquisa busca compreender como a Copel, mesmo permanecendo sob a tutela do estado, moldou-se ao modelo privado da "empresa toyotista" caracterizado principalmente pela flexibilização da produção, pelo aprofundamento da captura da subjetividade dos trabalhadores, pela padronização das tarefas, pela terceirização e pela financeirização. A partir da análise das entrevistas e dos questionários respondidos, procuramos verificar a percepção dos trabalhadores acerca das alterações nas relações de classe que tais mutações provocaram e, como eles vêem o papel dos sindicatos da categoria neste novo contexto. Através deste estudo de caso foi possível compreender melhor como se dá a expropriação capitalista atual sobre os trabalhadores na atualidade e, entender como esse novo patamar de exploração exigi alterações profundas na gestão das empresas e no comportamento da força de trabalho, como forma de dar respostas a nova dinâmica capitalista da contemporaneidade.

Palavras-chave:
Reestruturação produtiva, capital, toyotismo, privatização, comodificação, captura da subjetividade, neoliberalismo, sindicato.

---

[1] Este texto é uma breve síntese da dissertação de mestrado de Cesar Alexandre dos Santos, defendida em dezembro/2009 na Universidade Estadual de Londrina – UEL, sob o mesmo título.

[2] Possui graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (1990), graduação em História pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2003), especialização em História Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (2003) e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (2009). Atualmente atua como professor na rede superior de ensino e como técnico de distribuição sênior na Companhia Paranaense de Energia.

INTRODUÇÃO

A mundialização foi a resposta do capital à crise de superprodução e superacumulação dos anos 70 e estabeleceu uma nova forma de organização do capital no mundo, marcada pela financeirização e pela flexibilização das economias nacionais como forma de absorver os lucros excedentes internacionais. Alicerçada na aplicação da tecnologia e na elaboração de novos conceitos de produção também influenciou localmente e provocou mudanças estruturais na forma de produzir das empresas.

> A mundialização funda-se em processos concomitantes e intimamente interligados, quais sejam: (I) a formação de oligopólios transnacionais em importantes setores; (II) a formação de mercados de capitais, de câmbio e de títulos de caráter global; (III) a formação de um mercado mundial cada vez mais integrado; e (IV) a instituição de uma divisão internacional do trabalho baseada na reativa desconcentração industrial. Esses processos são acompanhados por uma onda de inovações tecnológicas, concentrada na biotecnologia e na informática. É o que se convencionou a chamar de a III Revolução Tecnológica e que atinge os mais diversos aspectos da vida social (Alves, 2002, p. 7).

A reestruturação produtiva foi a principal ferramenta do processo de mundialização e constituiu-se numa exigência do capitalismo contemporâneo para que as empresas mantenham-se atualizadas e competitivas. Esse movimento propõe a reelaboração dos processos produtivos, buscando principalmente a redução de custos e o aumento da produção. Não ocorreu simultaneamente em todo o mundo, desenvolveu-se em períodos diferenciados em cada região, atingindo primeiramente os países de capitalismo avançado no início nos anos 70, motivado pela crise de excesso de produção e de falta de mercados consumidores (Harvey, 2005).

Na busca de superação da crise mundial de 1970 houve um redirecionamento dos capitais excedentes para os ativos públicos, abrindo novas frentes de rentabilidade capitalista principalmente nos países subdesenvolvidos. Esse movimento atingiu o Brasil de forma mais efetiva somente a partir dos anos de 1990 e diversas atividades que historicamente eram desenvolvidas pelo Estado foram repassadas ao setor privado. A energia elétrica no Brasil passou oficialmente da condição de “serviço público” à condição de “mercadoria” com reformulação do Setor Elétrico, ocorrida a partir de 1990 no país.

Atendendo às exigências desestatizantes dos organismos internacionais representantes do capital, como o BIRD e o FMI, o governo brasileiro privatizou a maioria das empresas do setor. A Copel apesar de permanecer estatal também se adequou às exigências neoliberais de flexibilização e enxugamento. Esse processo implicou na constituição de novas formas organizativas para produção, com especial relevância para as terceirizações, padronizações e a intensificação na aplicação das Tecnologias de Informação (TI's). A adoção do toyotismo como modelo de gestão e organização da produção na Copel foi amplamente disseminado pelo programa de "qualidade total" e, que permitiu a reformulação de seus processos de trabalho. No final da década de 1990 a empresa estava pronta para privatização, atingindo o auge da sua reestruturação com a redução do seu quadro de efetivos e o aumento de funções terceirizadas, inclusive algumas operacionais, como a dos eletricistas.

Neste sentido, a Companhia Paranaense de Energia – Copel apresentou-se como um interessante campo para verificação de como se operam tais mudanças. O recorte temporal desta pesquisa foi delimitado ao intervalo de 1992 a 2008, período em que ocorreram as principais transformações na gestão e nos processos de trabalho. Os dois principais pilares dessas mudanças foram a atualização das tecnologias de informação nos mais diversos setores através da computação e da automação e a redefinição dos processos de trabalho, reorganizados com o auxílio do programa de qualidade que envolveu a maioria dos trabalhadores.

As tecnologias aplicadas na empresa aprofundaram o uso da "maquinaria" e possibilitaram uma ampliação incalculável da mais-valia-relativa em favor do capital, na medida em que diminuíram significativamente o tempo de produção e o trabalho manual na Copel. A simplificação e redução do tempo de execução da produção se deram por meio da intensificação da transformação do "trabalho vivo em trabalho morto". A apropriação do saber tácito dos trabalhadores da execução das tarefas, permitiu a Copel desenvolver softwares capazes de armazenar tais conhecimentos na forma de programas executáveis pelos computadores e que se encontram acessíveis à maioria dos trabalhadores. Conforme Bianchetti, (1999, p.138), esse processo não foi exclusividade da Copel, "pesquisas mais recentes mostram que o reconhecimento da existência desses saberes e a busca por parte do capital de se apropriar deles vem se tornando cada vez mais explícita."

Outro aspecto relevante para a escolha da Copel como objeto de estudo foi o fato de que a empresa foi constituída a partir do capital público estadual, tendo o Governo do Paraná como o seu acionista majoritário. A motivação que levou o governo

brasileiro a partir de 1930 a desencadear a criação de Setor Elétrico nacional, de caráter estatal, buscava atender a demanda de infraestrutura mínima para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Porém, num primeiro momento pelo fato de ser estatizado atribuiu à energia elétrica um caráter de "serviço público" focado principalmente no atendimento ao desenvolvimento social do país. Foi neste contexto que a Copel surgiu objetivando constituir as bases mínimas para consolidação do projeto desenvolvimentista no Paraná.

Apesar de a Copel ser uma estatal, criada basicamente com recursos públicos, as mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo influenciou o Setor Elétrico nacional direcionando a empresa para sua reestruturação produtiva com vistas a prepará-la para a privatização. Apesar do projeto de desestatização da Copel ser derrotado em 2001 e a empresa manter-se pública, ao menos temporariamente, a preparação para privatização causou alterações significativas no perfil de gestão da empresa e no comportamento dos trabalhadores. Buscando moldar-se às novas exigências do capitalismo contemporâneo atribuiu a empresa um perfil acentuadamente mercadológico, alinhado à doutrina neoliberal vigente. Esse aspecto demonstra o caráter cada vez mais privado assumido pelo Estado atualmente.

Os estudos de organizações produtivas com este perfil normalmente referem-se a empresas privadas ou estatais que foram privatizadas. O objetivo central deste trabalho consistiu em verificar de que forma uma empresa como a Copel, constituída em 1954 pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto para atender as demandas sociais e desenvolvimentistas do Paraná, alterou substancialmente seus objetivos, voltando-se na atualidade para atender preferencialmente as demandas de lucratividade de seus acionistas. Também compreender, a partir da percepção dos trabalhadores, quais foram os principais efeitos dessa mercadorização para o ambiente de trabalho.

O OBJETO PESQUISADO

A Companhia Paranaense de Energia – Copel tem sua área de concessão em praticamente todo o estado. A principal atividade da empresa é a venda de energia elétrica atuando nos três estágios do processo de produção: a Geração, a Transmissão e a Distribuição de energia elétrica[3]. A empresa também está presente em outras áreas secundárias, entre elas destacamos: a produção de energia eólica e térmica, a distribuição de gás, a transmissão de dados via fibra ótica, além de estar em andamento o projeto PLC (Power Line Communications) que utilizará a rede elétrica como meio físico para sistemas de comunicação e telecomunicação de dados em banda larga (internet).

O número de unidades consumidoras ligadas no sistema elétrico da empresa no estado do Paraná é de aproximadamente 3.549.000 ligações, distribuídas em 394 municípios (393 no Paraná e 1 em Santa Catarina) e aproximadamente 1.118 localidades (cidades, distritos, agrupamentos rurais). Esses consumidores estão distribuídos aproximadamente em 2,8 milhões de lares, 64 mil indústrias, 295 mil estabelecimentos comerciais, 47 mil na área de prestação de serviços e 342 mil propriedades rurais, aproximadamente. O atendimento é feito por cerca de 8.200 funcionários efetivos e cerca de 1800 terceirizados.

A estrutura do sistema elétrico compreende 18 usinas, sendo 17 hidrelétricas e uma termoelétrica, com potência instalada de 4.550 mW (Mega Watts), sendo que 15 dessas usinas e 14 subestações elevadoras são automatizadas e teleoperadas e compreendem o sistema de Geração da Copel. Possui o sistema de Transmissão em alta tensão com 1830 km de linhas e 30 subestações acima de 230 kV, sendo que todas estão

[3] **A Geração** refere-se à fase inicial da produção de energia por transformação a partir de fontes primárias. As usinas geradoras podem ser hidroelétricas, eólicas, nucleares, termoelétricas. No caso do Brasil quase a totalidade refere-se à geração de energia elétrica através de hidroelétricas, onde normalmente represa-se a água em pontos determinados dos rios através de barragens e formam-se lagos. A geração se dá pela movimentação de geradores com a força da água em função do desnível entre o lago e o curso do rio. A energia elétrica é gerada normalmente em média tensão de 13,8kV, sendo em seguida elevadas essas tensões para os níveis superiores para facilitar o transporte e evitar perdas de energia. **A Transmissão** é a segunda etapa do processo de fornecimento de energia elétrica e refere-se ao transporte da energia através de cabos e torres feito em altas tensões, normalmente 138, 230, 500 ou 700 kV em corrente contínua ou alternada, dependendo da usina geradora, quanto mais alta a tensão menor a perda durante o processo de transporte. A Transmissão tem como objetivo a interligação do setor elétrico nacional de forma a garantir que a energia excedente de uma região abasteça outra. No Brasil esta sempre foi a área mais crítica do sistema. **A Distribuição** é a terceira e última etapa do processo de fornecimento de energia elétrica e refere-se à entrega da mesma diretamente ao consumidor, compreendendo o rebaixamento dos níveis de tensão para que ela possa ser consumida (subestações abaixadoras), linhas, redes, transformadores, postes do consumidor, medidores de energia elétrica, enfim, todo o processo final de entrega aos clientes.

automatizadas. O sistema de Distribuição, que atende diretamente os consumidores urbanos e rurais, possui 344 subestações abaixo de 230 kV, sendo 340 automatizadas e operadas a distância, possui 179.176 km de linhas e redes, o que permitiria dar a volta ao mundo linearmente quatro vezes. Além disso, a Copel possui 5255 km de cabos de fibra óptica que formam o anel principal do sistema óptico de telecomunicações do estado do Paraná e mais 6336 km de cabos radias que atendem 188 cidades e 564 clientes no sistema integrado de comunicação de dados[4].

A empresa atua em quatro áreas de negócio: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e o serviço de telecomunicações (transmissão de dados). Já sofreu várias mudanças organizacionais e atualmente está estruturada na forma de *holding*[5], possuindo três subsidiárias: Copel Geração e Transmissão, Copel Telecomunicações e Copel Distribuição. A estrutura administrativa da holding é composta pelo presidente, diretores das subsidiárias e diretores: administrativo, financeiro, jurídico, engenharia e meio ambiente.

As entrevistas realizadas durante a pesquisa foram feitas especificamente na área da Distribuição da Copel, pois é nela que se concentra o maior número de trabalhadores, em torno de 77% do contingente total. A Distribuição é a área responsável pela comercialização final da energia elétrica junto aos consumidores e foi nela que as transformações tecnológicas e as redefinições dos processos de trabalho se deram de forma mais nítida e intensa. A Distribuição é comandada por um diretor subordinado à presidência da Copel e está dividida em cinco superintendências regionais, distribuídas pelo estado. Cada superintendência está dividida em departamentos e cada departamento se organiza em agências, divisões e seções. Em função da diversidade de atividades na área da Distribuição focamos nosso estudo nos processos de trabalho de três categorias: eletricistas, eletrotécnicos e técnicos comerciais.

Os eletricistas são responsáveis pelo atendimento emergencial e comercial diretamente junto ao cliente final e foi nessa categoria que o processo de terceirização foi mais forte. Segundo número dos sindicatos mais de 30% do quadro de linha de frente é formado por eletricistas pertencentes a uma infinidade de empresas, das mais diversas

[4] Dados levantados em julho de 2009 no site da Copel, www.copel.com. O número de consumidores inclui os livres, dentro e fora da área de concessão.

[5] Holding é uma empresa criada para participar de outras empresas como sócia ou acionista. No caso da Copel o objetivo foi dividir o capital da empresa de forma a facilitar o processo de privatização. Neste modelo, apesar de dividida, a empresa mantém a centralização da direção da holding nas mãos de um presidente, indicado e subordinado ao governador do Estado do Paraná.

regiões do país. Os eletrotécnicos e técnicos comerciais não sofreram a terceirização, mas foram submetidos a uma maior racionalização do trabalho que diminuiu sensivelmente os postos de trabalho, principalmente em função da intensa informatização dos processos e automação de equipamentos.

As mudanças resultantes da reestruturação produtiva facilitaram a constituição do caráter nitidamente mercadológico atual da empresa, expresso claramente na sua "missão", que norteia sua gestão empresarial: "gerar, transmitir, distribuir e **comercializar** energia, bem como prestar serviços correlatos, promovendo desenvolvimento sustentável e mantendo o equilíbrio da sociedade paranaense e dos **acionistas**", assim como a sua visão: "ser a **melhor** empresa nos setores em que atua e **referência** em governança corporativa e sustentabilidade **empresarial**"[6].

A pesquisa qualitativa foi desenvolvida a partir da coleta de dados disponíveis em várias fontes: site da empresa; documentos de domínio público emitidos pela Copel; arquivos e boletins de sindicatos representativos dos eletricitários e da FNU (Federação dos Urbanitários); órgãos ligados ao setor, como DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos) e ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e órgãos governamentais como PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Também foram realizadas entrevistas e aplicados questionários. Confrontamos as fontes utilizadas com a bibliografia sociológica e histórica que trata sobre reestruturação produtiva, qualidade total, privatização, sindicatos, trabalho, mundialização do capital, mercadorização, informação, entre outras.

Foram coletadas 15 entrevistas gravadas e transcritas junto aos trabalhadores da ativa e aposentados, eletrotécnicos, técnicos comerciais e eletricistas, levando em consideração principalmente o tempo de serviço como critério de escolha dos entrevistados, de forma a demonstrar os impactos da tecnologia e das mudanças nos processos de trabalho explícitos na comparação entre as gerações. A pesquisa de campo foi realizada no domicílio dos trabalhadores e as citações foram feitas sempre no masculino, como forma de preservar o sigilo da identidade dos mesmos.

O estudo é desenvolvido em dois momentos distintos. Primeiramente analisa o papel da energia elétrica no contexto desenvolvimentista do país e de que forma a Copel se constituiu e se consolidou como uma empresa "pública" de referência nacional e internacional no setor. Analisa as alterações nos processos de trabalho, provocadas pela

[6] Dados do site na empresa www.copel.com, publicado em 08.08.08 no item Missão e Visão. Grifos nossos que indicam o caráter mercadológico desenvolvido pela direção da empresa e expressos em vários documentos oficiais.

reestruturação produtiva que intensificou a expropriação de parte significativa dos conhecimentos dos trabalhadores, impondo-lhes a adesão ao sistema Toyota de organização produtiva.

Num segundo momento, o trabalho utilizou-se das entrevistas e questionários para analisar o comportamento e o grau da percepção dos trabalhadores frente à "comodificação" da Copel, em especial com relação ao caráter mercadológico potencializado pela tecnologia e pelo programa de qualidade. Buscou-se demonstrar como essas transformações alteraram a percepção dos trabalhadores em relação ao sentimento de pertencimento à classe e ao papel dos sindicatos como representantes dos trabalhadores e mediadores entre o capital e o trabalho na Copel.

A CONJUNTURA DAS TRANSFORMAÇÕES

Gradativamente a energia elétrica no Brasil vinha perdendo a condição de serviço público e transformando-se numa *"comodite"*, mas foi na década de 1990 com a alteração do modelo tarifário do setor que de fato essa mudança conceitual consolidou-se tornando a energia um nicho mercadológico altamente lucrativo para o capital. Pode-se afirmar que a reforma do setor impôs um novo conceito a energia elétrica no país, que deixou sua condição originária de "serviço público", passando a ser considerada basicamente apenas mais uma "mercadoria", e como tal, objetivada prioritariamente para busca da lucratividade do capital.

O marco regulador do Setor Elétrico em vigor até 1993 era o "custo do serviço", ou seja, o valor pago pelo uso da energia elétrica era igual para todas as faixas de consumidores do Brasil (equalização tarifária). A remuneração paga pelos consumidores deveria contemplar uma tarifa que cobrisse o custo da geração, transmissão e distribuição da energia somada a uma taxa média de 10% a 12% de retorno para que as concessionárias pudessem reinvestir no setor. Os valores das tarifas eram controlados pelo Ministério das Minas e Energia, que limitava a taxa de lucratividade das empresas. "A fixação da taxa de retorno das concessionárias cumpria objetivo de garantir um retorno adequado para a sustentação financeira das concessionárias, ao mesmo tempo em que buscava impedir a possibilidade de excesso de lucros" (DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos, 2007, p.2).

A exigência neoliberal de desestatização dos serviços públicos visava facilitar o direcionamento dos excedentes de capital internacional e para isso exigiu profundas mudanças na regulação do Setor Elétrico impondo um novo modelo regulatório muito mais flexível, em especial na definição dos valores para cobrança dos serviços. O carro chefe desse processo foi a privatização das estatais elétricas, acompanhada da extinção da equalização tarifária que passou a permitir reajustes diferenciados entre as concessionárias a partir dos custos por ela apresentados. Os aumentos passaram a ser autorizados diretamente pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), criada pelo governo federal com objetivo de fazer a regulação do setor.

A privatização da maioria das empresas elétricas de Distribuição e o novo modelo do setor provocaram uma ampliação significativa do preço das tarifas se comparado aos índices de correção de preços ao consumidor. Isso provocou o aumento substancial da lucratividade das companhias, explicitando muito bem o caráter mercadológico atribuído à energia elétrica atualmente. Após as privatizações a ANEEL passou a utilizar-se do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) da Fundação Getúlio Vargas como índice para recomposição dos preços da energia elétrica. A tabela abaixo compara os índices mais utilizados até 2006 e demonstra que a opção governamental de corrigir as tarifas do setor elétrico pelo IGP-M ficou muito acima dos demais índices que são comumente utilizados de base para cálculo das reposições salariais da maioria dos trabalhadores (DIEESE, 2006, p. 7).

TABELA 1
Evolução dos Indicadores de Inflação
1997 a 2006

Indicadores	Taxa Acumulada	Taxa Média Anual
ICV-DIEESE	95,81%	6,95%
INPC-IBGE	93,94%	6,85%
IPCA-IBGE	91,83%	6,73%
IGP-M - FGV	157,21%	9,91%

Elaboração: DIEESE - Rede Eletricitários

Apesar da derrota privatista do governo do estado do Paraná em 2001, que pretendia vender a Copel, o programa de reestruturação da empresa não foi interrompido. Ao contrário a direção da empresa aprofundou o processo de informatização e de padronização das atividades, transformando uma quantidade cada vez maior do

conhecimento dos trabalhadores (trabalho vivo) em softwares (trabalho morto). Com isso diminuiu o quadro funcional, precarizando a maioria das atividades, e ampliou significativamente sua lucratividade em atendimento às exigências dos acionistas de aumento da mais-valia-relativa e consequente acumulação capitalista. De certa forma isso pôs em xeque a ideia predominante no interior da empresa de que a reestruturação produtiva da Copel havia se dado apenas em função da perspectiva de privatização.

A mudança no direcionamento da gestão da Copel buscava ajustar a empresa aos novos tempos neoliberalizantes do capitalismo. Essa realidade voltada para maximização dos lucros também moldou o comportamento dos trabalhadores dentro e fora da companhia, alterando sua relação destes com os sindicatos e com o próprio trabalho executado. Apesar do discurso da necessidade de uma maior qualificação dos operários, engendrado pela "mitificação" do uso da tecnologia no processo produtivo, esta pesquisa constatou que na maioria das atividades ocorreu uma simplificação das tarefas, seguida da diminuição acentuada de postos de trabalho.

Algumas atividades sofreram qualificação, mas a maioria delas foi precarizada aumentando o desemprego em vários setores e diminuindo a força de trabalho efetiva da Copel. Em contrapartida, favoreceu a terceirização de algumas atividades, enfraquecendo ainda mais as entidades de representação dos trabalhadores.

> Estas transformações, presentes ou em curso, em maior ou menor escala, dependendo de inúmeras condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc. dos diversos países onde são vivenciadas, penetram fundo no operariado industrial tradicional acarretando metamorfoses na forma de ser do trabalho. A crise atinge também intensamente, com evidência, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação. Os sindicatos estão aturdidos e exercitando uma prática que raramente foi tão defensiva (Antunes, 1999, p.72).

Numa empresa como a Copel de economia mista (S.A.) onde o Estado é o acionista majoritário, normalmente os conflitos entre capital e trabalho são mais difíceis de serem observados, embora estejam presentes com intensidade similar à do setor privado. O ambiente da empresa estatal apresenta-se revestido do discurso de "empresa pública", passando a ideia da ausência de conflito entre patrão e empregado (capital e trabalho). Porém, o fato de uma empresa ser estatal não significa que ela é pública, pois em tempos do capitalismo moderno o Estado assume uma postura cada vez mais privada, distanciando-se do real significado de ser "público" e do "estar a serviço do

desenvolvimento da coletividade". O programa de qualidade e o discurso da administração participativa desenvolvidos na Copel camuflaram de forma sutil essa relação, dificultando ainda mais aos trabalhadores a identificação desses antagonismos presentes na empresa.

O falseamento dos conflitos característicos da relação capital/trabalho é favorecido pela adequação dos processos de trabalho nos moldes da "administração participativa", próprio do modelo toyotista[7] e que foi utilizado como base da reestruturação produtiva da Copel. Para isso, a empresa criou "grupos de trabalho" mesclados por gerentes, supervisores e trabalhadores da produção que se reuniam periodicamente orientados pelos princípios da qualidade. Essa mistura contribuiu em muito para perda do sentimento de classe por parte dos operários.

O discurso utilizado pela empresa para justificar a implementação dessas mudanças fundamentou-se na necessidade de garantir a "competitividade" no mercado, principalmente com a promulgação da lei 9074/95, que passou a prever a possibilidade dos grandes consumidores terem liberdade para optarem por outras concessionárias, mesmo que estas estejam sediadas em outros estados[8]. Essa justificativa, no entanto, parece muito frágil, pois da forma como o setor elétrico está estruturado, na prática, prevalece o monopólio da empresa detentora da concessão de determinada área geográfica de atuação, onde praticamente a totalidade dos consumidores é cativa. Isso ocorre em função da exigência de uma grande estrutura física para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, o que tecnicamente inviabiliza que duas ou mais operadoras atuem numa mesma região.

O sucesso na implantação de uma gestão empresarial voltada a atender as exigências neoliberais do mercado é facilitado pela ação paralela de cooptação acentuada dos trabalhadores, de forma que venham a aderir a esse projeto. Normalmente isso se dá pelo convencimento ou por vezes pela coerção psicológica, pelo "medo do desemprego", que influencia o operariado. O programa de qualidade implantado na Copel foi a principal ferramenta de convencimento dos trabalhadores para que aderissem à proposta de pensar a

[7] O toyotismo é um sistema de organização da produção desenvolvido por Taiichi Ohno, um engenheiro que se tornou vice-presidente da empresa japonesa Toyota, e que implantou mudanças significativas na forma de produção desta empresa, buscando substituir o modelo de produção fordista/taylorista por um modelo baseado na "co-gestão e na participação" de todos no ato de "pensar e executar" o processo produtivo que deveria ser o mais racional e enxuto possível. O sistema Toyota busca dar respostas imediatas às demandas do sistema produtivo, trabalhando com o conceito de estoques mínimos e em tempo real. O toyotismo também é conhecido por "ohnismo" em homenagem ao seu criador (Gounet, 1999).

[8] Grandes clientes que atuam em um determinado estado podem se tornarem clientes de uma concessionária de energia de outro estado através dos contratos de utilização das redes e de energia entre as concessionárias. Essa foi a forma criada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para que houvesse concorrência entre as empresas, a ideia é quebrar o monopólio do consumidor no estado. (Dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE www.ccee.org.br acessado em 17/03/2009)

empresa como um "time", onde todos se sentissem responsáveis e colaboradores para o sucesso da mesma. Para isso utilizou-se constantemente do discurso de que a Copel tinha a "necessidade" de manter-se competitiva e acompanhar o desenvolvimento tecnológico exigido por uma empresa "moderna" e de "ponta". A adesão dos trabalhadores ao programa de qualidade foi fundamental para o sucesso do projeto de reestruturação produtiva da Copel.

O trabalho de Wolff sobre a Sercontel S/A Telecomunicações de Londrina, discute e aprofunda bem a forma como se desenvolve o processo de adesão dos trabalhadores aos programas de qualidade nas empresas submetidas à reestruturação produtiva. No caso específico estudado pela autora, esse processo foi denominado de "aculturamento" e serve para entendermos melhor o processo similar desenvolvido na Copel:

> Dentro de nossa tese, efetivamente, percebemos o "aculturamento" como uma estratégia para aquilo que Pagès (1987) compreende como o exercício de um domínio ideológico a que toda grande organização empresarial precisa recorrer para envolver e conquistar uma adesão subjetiva de seus funcionários. Uma subjetividade que os induza a contribuir com os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos adotados para a otimização da produtividade, portanto, lucratividade empresarial. Em outras palavras: que os leve a colaborar com o novo patamar de exploração proporcionado pela utilização capitalista das Novas Tecnologias da Informação, qual seja, a exploração da dimensão cognitiva da sua força de trabalho (Wolff, 2004, p. 137).

Esta pesquisa indicou-nos que as mudanças que afetaram diretamente a Copel e seus trabalhadores não ocorreram de forma isolada, estiveram alinhadas à dinâmica do capital internacional que impôs mudanças estruturais ao Setor Elétrico nacional. Apesar de a empresa apresentar-se extremamente lucrativa, o governador Jaime Lerner, seguindo a orientação neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), aderiu à onda desestatizante da década de 1990 no Brasil e deu início a reestruturação produtiva da Copel com objetivo principal de privatizá-la. Posteriormente, mesmo com o fracasso na venda da empresa o governo manteve a diretriz mercadológica da companhia potencializando sua lucratividade.

A alteração no perfil das chamadas "empresas públicas" com vistas a adequá-las ao mercado, também ocorria há algum tempo em outros países, especialmente naqueles intitulados de primeiro mundo. Na Inglaterra, por exemplo, na década de 1980 os

serviços de fornecimento de energia elétrica, água, correios, entre outros, foram privatizados e passaram da condição de "serviços públicos" ao status de mercadoria, em especial durante o governo de Margaret Thatcher.

Nestes países o que se discute atualmente é a ampliação da mercadorização de outros serviços públicos ainda sob a tutela do governo. Este novo modelo de empresa "pública" tem como característica principal a prioridade da garantia da rentabilidade dos seus acionistas, remetendo a um segundo plano o atendimento de qualidade com baixo custo aos usuários. Esse processo é definido por Huws (2008) como "comodificação" do serviço público e é tratado no artigo intitulado *"The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work"*[9].

> In July, 2008, the British government published a report (Julius, 2008) which anatomised a new industry. This industry 'has grown to become a significant part of the economy, accounting for nearly six per cent of GDP and directly employing over 1.2 million people' (ibid:i). Its turnover in 2007-8 was £79 billion, an increase of 126 per cent from 1995-6, when it was £31 billion (ibid:11). In terms of value added, this sector 'is significantly larger than "food, beverages and tobacco" (23bn in 2006), "communications" (£28bn), "electricity, gas and water supply" (£32bn) and "hotels and catering" (£36bn)' (ibid:ii). What is it? The report names it as the 'public services industry' (PSI).[10]

A Copel parece ter se moldado segundo essa nova tendência internacional dos serviços públicos, embora apresente especificidades em relação aos exemplos tratados por Huws, especialmente pelo fato da empresa ainda não ter expandido sua atuação internacionalmente, embora já o faça nacionalmente participando no controle acionário de empresas que atuam em outros ramos de atividades. Ao aderir ao processo de "comodificação", a empresa pública sofre uma flexibilização dos seus processos produtivos, visando alinhar-se às políticas neoliberais do capitalismo contemporâneo.

> (...) contudo, foi somente na década de 1990 que tais evoluções históricas mais gerais se consolidaram, originando o fundamento

[9] "A nova febre do ouro: as novas multinacionais e a comodificação do setor de serviço público". (Tradução nossa)

[10] "Em julho de 2008, o governo britânico publicou um relatório (Julios, 2008), que anatomisa uma nova indústria. Esta indústria "cresceu para se tornar uma parte significativa da economia, correspondendo a quase seis por cento do PIB e empregando diretamente mais de 1,2 milhões de pessoas" (ibidem: i). O seu volume de negócios em 2007-8 foi de 79 bilhões de libras, um aumento de 126 por cento de 1995-6, quando foi 31 bilhões de libras (ibid: 11). Em termos de valor acrescentado, tal setor "é significativamente maior que o de "alimentos, bebidas e tabaco" (23bilhões em 2006), "comunicações" (28 bilhões de libras), "eletricidade, gás e água" (32 bilhões de libras) e "hotéis e restauração" (36 bilhões de libras)" (ibidem: ii). O que é isto? O relatório denomina como a "indústria de serviços públicos" (PSI). (Tradução nossa).

> capaz de estruturar um regime de acumulação mais ou menos coerente. Assistimos então à desestruturação da empresa fordista em benefício de um modelo de organização das relações de produção orientado pela generalização do processo de terceirização, pela compreensão dos níveis hierárquicos, pelo desenvolvimento de estratégias gerenciais objetivando a mobilização permanente da força de trabalho, pela cooperação constrangida dos assalariados, administração de metas, assim como pela fragmentação da relação salarial (Braga, 2006, p. 137-138).

Ao contextualizarmos a Copel no cenário nacional do setor elétrico frente à Globalização, enfocando o processo de mudança do seu perfil inicial de empresa "pública" para uma empresa "comodificada", procuramos debater como se deu essa mutação e que reflexos suscitaram nos processos de trabalho e no comportamento dos trabalhadores. Demonstramos que essas transformações não ocorreram naturalmente e não são exclusividade das empresas privadas ou das estatais privatizadas, elas atingim todas as empresas e em diferentes graus de intensidade, são inerentes aos tempos neoliberalizantes do capital. No entanto, no caso específico da Copel esse processo foi potencializado pela "opção" ideológica explícita que Governo do Estado do Paraná assumiu, principalmente ao adotar o modelo Toyota para organização produtiva da empresa, que orientou todo processo de reestruturação produtiva da mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa, apontado na introdução do trabalho, consistiu na análise do processo de "comodificação" da Copel que passou da condição de uma empresa pública numa empresa notadamente alinhada às exigências neoliberais atuais. Apesar de a Copel manter-se estatizada constituiu uma gestão voltada preferencialmente para atender as demandas dos seus acionistas, remetendo em segundo plano o caráter "público" do desenvolvimento socioeconômico do estado e de prestação de serviços que nortearam sua criação. Além disso, apontamos ao longo do trabalho, o importante papel desempenhado pelos trabalhadores para a efetivação dessas mudanças.

O presente estudo permitiu-nos constatar que o processo de "comodificação" da Copel foi resultado da sua busca em ajustar-se às mudanças impostas pela dinâmica do capital globalizado, em constante mutação, marcadamente influenciado

pelo neoliberalismo. Esse ajuste exigiu que a empresa alterasse significativamente os objetivos estabelecidos na sua criação em 1954 e que direcionaram sua consolidação até o final da década de 1980. Para isso, alterou o caráter de empresa "pública" produtora de antivalor[11] e não geradora direta do lucro, em uma empresa notadamente voltada para atender as exigências mercadológicas.

Essa transformação somente foi possível pela adesão maciça dos trabalhadores ao projeto de reestruturação produtiva da empresa, favorecido pela implementação do programa de qualidade total. A cooptação da força de trabalho foi propiciada pela incorporação pelos trabalhadores dos princípios toyotistas de organização da produção. Dialeticamente, o resultado das mudanças nos processos de trabalho e do uso das TI's engendradas pela reestruturação produtiva na Copel influenciou os trabalhadores, tanto objetiva como subjetivamente, especialmente no que diz respeito às relações de classe no interior da categoria.

As novas Tecnologias de Informação implantadas na empresa, associadas ao desenvolvimento do programa de qualidade foram determinantes para transformação dos saberes dos trabalhadores em programas computacionais, tornando-os totalmente dependentes da rede na realização de seus trabalhos. Além disso, o conhecimento dos trabalhadores foi incorporado ao capital da empresa, na medida em que os softwares e equipamentos pertencem a ela. Essa é uma das principais características da empresa toyotista.

Ao reformular os processos de trabalho através da atualização tecnológica e da redefinição dos processos de trabalho, a Copel simplificou a maioria da execução das atividades e precarizou o trabalho do operário, facilitando o processo de terceirização. De forma geral isso diminuiu postos de trabalho, fragilizou a ação sindical e alterou as relações de trabalho facilitando o processo de mercadorização da empresa através da adesão voluntária ou involuntária dos trabalhadores as diretrizes da companhia.

A reestruturação produtiva da Copel, utilizando-se das TI's e dos grupos de qualidade, padronizou os processos de trabalho da empresa transformando-os em softwares e disponibilizando-os na rede, facilitando a gestão e ampliando significativamente a produtividade dos trabalhadores e a rentabilidade da companhia. O processo de "captura" da subjetividade dos trabalhadores representa uma das principais

[11] O conceito de antivalor ou antimercadoria pode ser aprofundado no estudo de Francisco de Oliveira: **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público** (1988) que atribui ao resultado da produção das empresas públicas como sendo um "antivalor", na medida em que essas empresas não objetivavam a busca da lucratividade, ao menos num primeiro momento. Para o autor o resultado disso é a geração de antivalor e não de valor.

características da empresa toyotista e alinha-se ao padrão de competitividade neoliberal atual. Desenvolvida a partir dos grupos de qualidade, a transformação dos conhecimentos dos trabalhadores em programas computacionais, associada à construção de uma cultura de "administração participativa", criou as condições ideais para adesão dos trabalhadores ao processo de reestruturação da Copel. O "consentimento" (Harvey, 2005) coletivo e individual da força de trabalho foi determinante para a consolidação do processo de toyotização na empresa.

Na prática, a "captura" da subjetividade intensificou a extração da mais-valia relativa dos trabalhadores efetivos, apropriando-se do conhecimento destes acerca da execução das tarefas e provocando um aprofundamento da subsunção real do trabalho ao capital na empresa. Uma das principais diferenças (o que não significa antagonismo) entre o fordismo e o toyotismo refere-se à forma como se dá a "captura" da subjetividade do trabalhador em cada um destes modelos, assim como a intensidade como isso é feito. Diferentemente da "rigidez" fordista/taylorista que predominava na Copel, caracterizado por uma estrutura organizacional extremamente hierarquizada, o toyotismo promoveu o enxugamento dos cargos gerenciais e de supervisão, incentivando o trabalho em equipe e permitindo o exercício da criatividade (moderada) por parte do trabalhador. Com isso, o capital além de expropriar as habilidades manuais dos trabalhadores, apropria-se da sua capacidade intelectual colocando-a a serviço da melhoria constante da produtividade.

A transformação do trabalho vivo em trabalho morto, materializada pela captura da subjetividade na Copel, resultou na dependência dos trabalhadores do sistema informacional para execução de suas tarefas, além de dificultar o exercício pleno da criatividade em função do engessamento que, na prática, a padronização cria. Esse processo provocou entre os trabalhadores a simplificação, a precarização e consequentemente a alienação do trabalho.

Todas essas mudanças tiveram implicações diretas para Copel que mesmo não sendo privatizada, "comodificou-se", moldando-se às exigências neoliberais do capital internacional. Para isso, diversificou sua área de atuação ao participar da composição acionária de outras empresas, principalmente dos ramos de saneamento, telefonia, carvão, entre outros. Também abriu seu capital ao mercado de ações nacional e internacional através da BOVESPA e da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Também flexibilizou e terceirizou diversas atividades, diminuindo o quadro de efetivos em contrapartida ao crescimento do número de consumidores.

Para que houvesse efetividade na reestruturação produtiva da empresa foi preciso garantir a adesão massiva dos trabalhadores a este processo. Para isso a Copel, através da prática diária do programa de qualidade, desenvolveu uma forte cultura toyotista. De forma geral, o questionário aplicado pela pesquisa apontou que o programa de qualidade teve êxito neste aspecto, pois o discurso contido nas respostas dos trabalhadores demonstrou um alinhamento da maioria aos princípios toyotistas. Essa adesão também provocou o distanciamento dos trabalhadores em relação aos sindicatos, aparecendo como um dos grandes resultados negativos da "comodificação" para a categoria eletricitária no Paraná.

A prática da "parceria" entre trabalhador e patrão, desenvolvida pelo toyotismo, camufla os conflitos existentes na relação entre capital e trabalho e faz apagar do trabalhador o sentimento de pertencimento à classe. Com isso, verificamos que os sindicatos perderam espaço de representação junto aos trabalhadores da Copel e não conseguem atender a todas as demandas da categoria, especialmente as de cunho salarial, favorecendo assim, o distanciamento destes da entidade sindical. Isso não significa, porém, que estas instituições tenham perdido totalmente a função de defesa dos trabalhadores, no entanto, encontram-se atualmente numa condição de defensiva e, no máximo, esforçam-se em lutar pela manutenção do emprego e das conquistas anteriores da categoria. Apesar do quadro de submissão, os trabalhadores desenvolveram mecanismos de resistência contra a intensificação da exploração produtiva, porém, por vezes o fizeram de forma individualizada não afetando o conjunto dos trabalhadores da categoria.

Mesmo com a escamoteação dos conflitos entre capital e trabalho que são características da empresa flexibilizada, todas as vezes que questões conflituosas e inerentes ao capitalismo vêm à tona, aflora o antagonismo de classes. Apesar do discurso toyotista dos "benefícios" da remuneração variável (PLR, produtividade) feitas aos trabalhadores da Copel, todas as vezes em que a discussão salarial vem à tona ocorre o tencionamento das relações entre patrões e empregados. Esse debate desnuda o fetiche do discurso da "inexistência de classes", apregoado pelo toyotismo, haja vista que os salários estão diretamente vinculados ao processo de exploração do capital sobre o trabalho.

Verificamos através das respostas do questionário a percepção dos trabalhadores em relação aos efeitos do processo de "comodificação" nas relações de trabalho e a forma como isso afeta negativamente a consciência de classe destes, em especial a forma "estranhada" que enxergam os sindicatos no papel de medição das relações entre "capital e trabalho" no interior da Copel atualmente. A lógica da

competição, própria do setor privado, está muito presente na Copel afetando diretamente o relacionamento entre os trabalhadores que executam atividades similares, mas que possuem direitos e remunerações diferenciadas. Outro aspecto verificado é o fato de que a terceirização dificultou a organização dos trabalhadores, apresentando-se como uma ferramenta estratégia do capital para divisão da força de trabalho, facilitando o aumento da taxa de lucratividade da empresa.

As transformações desenvolvidas no interior da Copel não ocorreram isoladamente, estão diretamente subordinadas às mudanças impostas pela nova configuração do capital internacional. A "comodificação" da empresa não se tratou de uma opção, mas sim da busca de sua adequação às exigências de flexibilidade do neoliberalismo. Esse processo transformou a gestão da empresa e moldou o comportamento dos trabalhadores a partir dos conceitos do toyotismo e desfez a idéia da empresa geradora de "antivalor", caracterizada pela "priorização" da busca do desenvolvimento econômico/social do estado. Apesar de manter-se na condição de estatal, a Copel passou a adotar um comportamento cada vez mais característico das empresas privadas, buscando incessantemente o aumento da lucratividade para remuneração de seus acionistas em detrimento a qualquer "função social".

Os trabalhadores da Copel adaptaram-se a intensificação da extração de mais valia relativa através do uso das TI's e das padronizações e, não veem com nostalgia os tempos fordistas da empresa, ao contrário, enaltecem as "melhorias" e facilidades que tais transformações propiciaram para execução do trabalho. A tecnologia na atualidade tem essa capacidade, quase "mágica", de encantamento e envolvimento para aqueles que dela fazem uso. Apresenta-se como um dos fatores da individualização dos trabalhadores e dificultam as lutas coletivas. Isso aponta para o desafio histórico, não só dos trabalhadores da Copel, mas de toda classe trabalhadora, que aponte para construção de mecanismos de resistência e de reação coletivos e transformadores, capazes de retirá-la da condição de imobilização em que se encontra e apontar para uma alternativa efetiva ao capitalismo.

REFERÊNCIAS:

ALVES, G. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

_____ **Trabalho e Subjetividade: Ensaios sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capita**l. Tese de Livre Docência – UNESP, 2007

_____**Trabalho e Sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da "Década Neo Liberal" (1900-2000)**. Revista de Sociologia Política, UFPR, 19, p.71-94. Nov.2002. In: http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/sociologia/search. 13/10/2005

ANEEL, **Agência Nacional de Energia Elétrica.** Biblioteca Virtual. In: www.aneel.gov.br. 09/11/2005

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora – Unicamp, 1995.

_____ **As Dimensões da Crise no Mundo do Trabalho.**
In: http://www.oolhodahistoria.ufba.br/04antune.html. 15/12/2005.

_____ (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 3ª. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ARAUJO, A. M. C. **Globalização e Trabalho: uma resenha da literatura**. BIB 52, 2001. 2º. Semestre.

BARBOSA, E. R. N. **Privatização do Setor Elétrico: discussões preliminares**. Art. do VI Congresso Internacional Del CLAD. In: http://www.clad.org.ve/anales6/barboeli.html. 15/12/2005

BATISTA, R. L., ARAÚJO, R. **Desafios do Trabalho**: Capital e luta de Classes no Século XXI. Londrina: Praxis, 2003

BATISTA, R. (org.) **Impactos da História**. Londrina: Praxis, 2005

BERNARDO, J. **Transnacionalização do Capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos?** Ed. Boitempo, S.P., 2000

BIANCHETTI, L. **As novas Tecnologias do Espaço-Tempo do Saber Tácito dos Trabalhadores**. In: Quando Estar Liberto da Necessidade do Emprego é um Tormento, 1ª. Ed. Petrópolis, Vozes, 1999.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa: O movimento Operário Europeu em Crise**. p. 69-82. São Paulo. Editora Boitempo, 1ª ed., 1998.

BRAGA, R. **O trabalho na trama das redes: para uma crítica do capitalismo cognitivo**. EPTIC – Revista de Economia Política da las Tecnologias de la Información y Comunicatión. www.eptic.com.br – vol. VI, n.3, Sep. – Dec. 2004.

_____ **Uma sociologia da condição proletária contemporânea**. Revista Tempo Social, jun. 2006, v. 18, nº. 1

CAMPOS, V. F. **TQC: Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. Fundação Christiano Ottoni – UFMG. Rio de Janeiro: Bloch, 1992

_____ **TQC: Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia**. Fundação Christiano Ottoni – UFMG. Rio de Janeiro: Bloch, 1994

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Ed. Paz e Terra, SP, 1999

CASTRO, N. J. **Avanços na Reestruturação do Setor de Energia Elétrica.** R. J., Art. IE-URFG, 2003. In: http://www.provedor.nuca.ie.ufrj.br/eletrobras/artigos/castro6.htm. 13/12/2005.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIADE NO BRASIL**. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1998. In: http://www.eletrobras.gov.br/EM_Biblioteca/biblioteca_setor.asp. 10/11/2005.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996

COPEL - **Informativos Trimestrais:** 1997 a 2009.

_____ – **Consultoria, Serviços e Novos Negócios - 1995.**

_____ – **Relatório Social 1997**.

_____ – **Apostila Qualidade Total.** Escritório da Qualidade e Produtividade. 1993.

COPEL. **Material promocional sobre serviços e negócios**, 1998

_____ **"Copel em números"** Informativo administrativo – julho 2005

_____ **Companhia Paranaense de Energia – Dados, balanços, histórico**. In: www.copel.com. 15/10/2007

COSTA, L. R. **A Crise do Fordismo e o Embate entre Qualificação e Competência: conceitos que se excluem ou que se completam?**. (art.) Revista Política & Trabalho, no. 26, abril, 2007, p. 127-142.

DANTAS, M. **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. URFJ IE – Instituto de Economia. Campos, R.J., 1999.

DIEESE - **Perfil ocupacional dos empregados do setor de energia elétrica no Brasil: 1998/2004.** Estudos e Pesquisas – ano 3 / nº 28 – dezembro de 2006.

_____ – **As tarifas de energia no Brasil: sistemática de correção e evolução dos valores.** Nota Técnica – nº 58 – dezembro de 2007.

DOOB, M.H. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FAYET, L. A. **Reflexões sobre a Privatização da Copel – 2001**. In: http://www.fayet.com.br/2001privatizacao.htm. 25/11/2005.

FONTES, V. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada**. (art.) Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol.2, no. 3, 1996, p.34-58

FRANZOL, N. L. Kanban. In CATTANI, A. D. **Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 199, p.137

GOMES, A. A. C. **Reestruturação das Indústrias de Rede: Uma Avaliação do Setor Elétrico Brasileiro.** Biblioteca depositária Central da Universidade Federal de Santa Catarina- **CAPES,** 1998.

GOUNET, T. Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel. Ed. Boitempo, S. Paulo, 1999.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo.** In *Obras escolhidas*. Tradução de Manuel Cruz, São Paulo: Martins Fontes, 1° edição, 1978

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. Ed. Loyola, 1ª. edição, S.P., 2005

HELOANI, J. R. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. Ed. Cortez, S.P., 1994.

HERMAN, C., BRANDT, T. and SCHULTEN, S. **Commodification, casualisation and intensification of work in liberalised European postal markets**. In: Work organization, labour & globalization, v. 2, no. 2, Autumn, 2008

HUWS, U. **Fixo, volátil, ou dividido: O trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI**. Revista eletrônica Pegada, v. 7, nº. 2, nov. 2006

_____ **The new gold rush: the new multinationals and the commodification of public sector work**. In: Work organization, labour & globalization, v. 2, no. 2, Autumn, 2008

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Editora Civilização Brasileira, 2ª ed. p 53-68. Rio de janeiro, 1992

KREMER, A. **Reestruturação Produtiva e Precarização do Trabalho: Um estudo sobre as transformações no mundo do trabalho**. Biblioteca do setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR - CAPES, 2004.

KUMAR, K. **Da Sociedade Pós-industrial a Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Ed. Jorge Zahar, R.J., 1997.

LAZZARATO, M., NEGRI, A. **Trabalho Imaterial: forma de vida e produção da subjetividade.** Ed. DP&A, 2001

LEITE, M. P., SILVA, R. A. **A Sociologia do Trabalho diante da Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica**. BIB 42, 1996, 2º. Semestre.

LEME, A. A. **A Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro: Uma abordagem sociológica acerca da privatização.** Biblioteca depositária Comunitária UFSC – **CAPES,** 2003.

LORENZO, H. C. **O setor de Energia Elétrica no Estado de São Paulo: 1900-1989**. UNICAMP, 1987

_____ **O Setor Elétrico Brasileiro: reavaliando o passado e discutindo o futuro**. In: http://www.eletrobras.gov.br/IN/setoreletrico.asp. 20/11/2005.

MACHADO, J. A. S. (org.).**Trabalho, Economia e Tecnologia: Novas Perspectivas para a Sociedade Global** - São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. 2a. Ed.

MACIEL, M. L. **Ciência, Tecnologia e Inovação: A relação entre conhecimento e desenvolvimento**. BIB 54, 2002. 2º. Semestre

MARCELINO, P. R. P. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. Tese de doutorado da Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008

MOTIM, B. M. L. **Mudanças no Trabalho e no Mercado de Trabalho: trabalhadores do ramo de Telecomunicações no Brasil**. Scripta Nova, Revista Eléctronica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119(75), 2002. In: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-75.htm. 15/12/2005.

NOGUEIRA, V. A. **Reestruturação do Setor Elétrico: um estudo qualitativo das condições de trabalho e saúde dos eletricitários frente a privatização da CERJ.** Tese de mestrado – Fund. Osvaldo Cruz, Esc. Nacional de Saúde Pública, 1999. In: http://portalteses.cict.fiocruz.br/transf.php?script=thes_chap&id=00002405&lng=pt&nrm=iso. 25/11/2005.

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Empresa Multinacionais no Setor de Energia Elétrica Brasileiro: Duke, Tractebel, EDF e AES**. São Paulo, DEZ. 2007

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Ed. Vozes, Petrópolis – RJ, 1998.

_____ **O surgimento do antivalor**: **capital, força de trabalho e fundo público**. Novos Estudos CEBRAP, n. 22 – RJ, Out. 1988

PINTO, A. P. **Eficiência Técnica e Crescimento da Produtividade no Setor Elétrico Brasileiro: Evidência Empírica do Período 1997/1999.** Biblioteca depositária Central da UFMG. **CAPES,** 2000.

ROSA, L. P. **Participação Privada na Expansão do Setor Elétrico ou Venda de Empresas Públicas?**. COPPE/URFG, 2003. 2ª edição

SANTOS, A. de O. **Trabalho e Globalização: A crise do Sindicalismo Propositivo**. Ed. Práxis, 2001

SANTOS JUNIOR, S., FREITAS, H., LUCIANO, E. M. **Dificuldades para o uso da tecnologia da informação**. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jul/dez 2004.

SILVER, B. J. **Forças do Trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870**. Ed. Boitempo, S.P., 2005

STEEM, **Sindicato dos Trabalhadores da Empresas de Energia Elétrica de Maringá e Região Noroeste**. Arquivos, atas de reuniões, processos jurídicos, informativos, entre outros.

TAVARES, M. C. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. Campinas, Editora Unicamp, 1986.

VIEIRA, A., GARCIA, F.C. **Gestão do conhecimento e das competências gerenciais: um estudo de caso da indústria automobilística**. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , jan/jun 2004.

VIEIRA, J. P. **Energia Elétrica como antimercadoria e sua metamorfose no Brasil: a reestruturação do setor e as revisões tarifárias**. São Paulo: Tese de Doutorado pela USP, 2005.

WOLFF, S. **O espectro da reificação em uma empresa de telecomunicações: o processo de trabalho sob os novos parâmetros gerenciais e tecnológicos.** Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2004.

_____ **Informatização do trabalho e reificação: uma análise à luz dos programas de qualidade total.** Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, 2005.

ZUBOFF, S. Automatizar/informatizar: as duas faces da tecnologia inteligente. Art. publicado na RAE Eletrônica – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração. www.rae.com.br/eletronica , nov/dez 1994.